

Escola cívico-militar em Belém/PA: *discussão a partir de um estudo de caso*

Civic-military school in Belém/PA:
discussion based on a case study

Escuela cívico-militar en Belém/PA:
discusión basada en un estudio de caso

 **MICHELLE COSTA TAPAJÓS***

Universidade Federal do Pará, Belém- PA, Brasil.

 **JOSÉ BITTENCOURT DA SILVA****

Universidade Federal do Pará, Belém- PA, Brasil.

RESUMO: O presente artigo analisa o processo de institucionalização do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares – Pecim, no Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, vinculado à Prefeitura Municipal de Belém, Pará, ocorrido em 2020, enfocando interesses de gestores/as locais em transformar uma escola popular em escola cívico-militar – Ecim, sua efetivação e as tensões a partir dessa transformação. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com professores/as e coordenador/a pedagógico/a, e análise de documentos que embasam o referido programa. Constatou-se que o processo de transformação da maior unidade educativa da rede municipal de educação em Ecim foi antidemocrático, gerando tensões no cotidiano escolar, ocasionadas pelas divergências entre os princípios que embasam as escolas públicas brasileiras e os princípios da caserna, além do fato de que essa transformação teve relação com interesses políticos ligados ao pleito de 2020.

Palavras-chave: Escola Cívico-Militar. Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso. Militarização da escola pública.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará. Professora de Séries Iniciais da Fundação Escola Bosque. *E-mail:* <michelletapajos29@gmail.com>.

** Doutor em Ciências Ambientais. Professor Associado da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento da Amazônia. *E-mail:* <josebittencourtsilva@gmail.com>.

ABSTRACT: This article analyzes the process of institutionalization of the National Program of Civic-Military Schools – Pecim at Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso. The process, linked to the City Hall of Belém, Pará, took place in 2020 and focused on the interests of local managers in transforming a popular school into a civic-military one – Ecim –, its effectiveness and the tensions from this transformation. Semi-structured interviews were carried out with teachers and the pedagogical coordinator and documents that serve as guidelines to the referred program were analyzed. It was found that the transformation process of the largest educational unit of the municipal education network into an Ecim was anti-democratic and generated tensions in the school daily life. These tensions were caused by the divergences between the principles that underlie Brazilian public schools and the principles of the barracks, in addition to the fact that that this transformation was related to political interests linked to the 2020 election.

Keywords: Civic-military school. Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso. Militarization of the public school.

RESUMEN: Este artículo analiza el proceso de institucionalización del Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares – Pecim, en el Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, vinculado a la Municipalidad de Belém, Pará, que ocurrió en 2020, centrándose en los intereses de gestores/as locales en transformar una escuela popular en escuela cívico-militar – Ecim, su eficacia y las tensiones de esa transformación. Se realizaron entrevistas semiestructuradas a docentes y al coordinador pedagógico, así como análisis de documentos que sustentan el mencionado programa. Se constató que el proceso de transformación de la mayor unidad educativa de la red municipal de educación en Ecim fue antidemocrático, generando tensiones en el cotidiano escolar, provocadas por las divergencias entre los principios que fundamentan las escuelas públicas brasileñas y los principios de los cuarteles. Además, esa transformación estuvo relacionada con intereses políticos ligados a las elecciones de 2020.

Palabras clave: Escuela Cívico-Militar. Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso. Militarización de la escuela pública.

Introdução

No Brasil, desde a década de 1990, se tem registros de experiências governamentais que implementaram, em escala local, as chamadas escolas públicas militarizadas. Todavia, foi no ano de 2019 que o Estado brasileiro promoveu um movimento nessa direção em escala nacional. O programa de escolas cívico-militares – Pecim, instituído pelo Decreto Presidencial n. 10.004 (BRASIL, 2019a), constitui-se na base normativa que institucionalizou a proposta de militarização das escolas públicas, com um discurso voltado ao ideário de desenvolvimento integral dos/das alunos/as, da qualidade da gestão e do ensino na escola básica pública do Brasil.

Em contexto local da cidade de Belém do Pará, no ano de 2020, a Prefeitura Municipal aderiu ao Pecim, tornando a Escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso em escola cívico-militar – Ecim. Popularmente conhecida como Liceu do Paracuri, essa escola fica no Distrito Administrativo de Icoaraci e sua origem liga-se a uma proposta de educação para o desenvolvimento sustentável, do governo municipal da primeira metade dos anos 1990. Suas atividades formativas voltavam-se a filhos e filhas de trabalhadores/as da comunidade do Paracuri, historicamente ligada à produção artesanal ceramista.

O presente texto analisa esse processo de institucionalização do Pecim em Belém, enfocando os interesses e intencionalidades que motivaram gestores/as municipais a transformar uma escola popular em escola cívico-militar. Nesse contexto, enfocam-se os aspectos que motivaram a adesão da prefeitura ao programa, o modo como se operou essa efetivação no espaço institucional e as tensões que se estabeleceram na comunidade escolar a partir do cotidiano vivenciado pelos/as sujeitos/as educacionais no chão da escola. Cabe destacar que tal fato se deu em ano de eleições para a escolha de representantes locais, prefeitos/as e vereadores/as, e também no início da pandemia causada pela Covid-19.

O desenvolvimento deste estudo se enquadra em uma abordagem qualitativa, com realização de pesquisa de campo, utilizando o próprio espaço educativo como lócus empírico de investigação. Precisamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise documental para a produção dos dados empíricos que contribuíram para o processo de compreensão e análise crítica qualificada sobre a realidade da conjuntura institucional escolar em tela.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto apresenta as seguintes seções: na primeira, há uma análise do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, considerando a conjuntura que propiciou sua implementação e as perspectivas teórico-analíticas de suas proposições para as escolas públicas brasileiras. Após essa parte teórica, apresenta-se a perspectiva histórica de constituição da proposta formativa do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso e realiza-se a análise do processo de implementação do Pecim

nesse espaço formativo belenense, enfocando a forma impositiva e antidemocrática de sua constituição, fato que gerou diversos conflitos vivenciados pelos/as sujeitos/as desse espaço educativo.

O Programa de Escolas Cívico-Militares do Governo Federal em uma perspectiva histórico-teórica

Implementado como política educacional para militarização prática e ideológica das escolas públicas brasileiras, o Pecim foi arquitetado desde o início do governo Bolsonaro, que instituiu uma subsecretaria de fomento às escolas cívico-militares no seu segundo dia de mandato (BRASIL, 2019a). Esse movimento foi ao encontro das promessas de campanha eleitoral que anunciavam a criação de colégios militares em todo o país, entretanto, a proposta que foi implementada prevê a militarização de escolas públicas já existentes, vinculadas às secretarias estaduais, municipais e distritais de educação, não sendo prevista a criação de nenhum espaço educativo por essa política.

O programa foi de fato instituído em setembro de 2019, pelo Decreto Presidencial n. 10.004 (BRASIL, 2019b) e segue um direcionamento para incluir militares da ativa e da reserva em vários setores públicos, como pode ser observado no comando de pastas ministeriais e de diversos cargos de chefia em órgãos estatais. Segundo levantamento realizado em 2020, o Tribunal de Contas da União identificou mais de seis mil militares ocupando cargos civis atrelados ao governo federal (LIS, 2020). Para Anaís Passos “esse desvio de função é preocupante não só pelo número elevado de militares no governo, mas também pelas posições-chave que esses oficiais ocupam no sistema político” (PASSOS, 2021, p. 219).

A institucionalização do Pecim tem relação direta com a ascensão de Jair Bolsonaro (Partido Liberal) ao cargo presidencial e com a proposição de um projeto societário que converge para o movimento (neo)conservador que apresentou crescimento no cenário nacional. No campo político, contou com o apoio de alguns setores da sociedade, tendo grande representação em três segmentos: agronegócio, que se beneficiou com o desmonte das políticas públicas ambientais; evangélicos/as principalmente neopentecostais, que se alinham ao discurso de crise moral, supostamente vivenciada pela sociedade brasileira, e à necessidade de se travar uma guerra cultural; militares, que se veem representados na figura de um ex-capitão do exército, aspirando benefícios individuais nessa conjuntura política.

Mais precisamente, pode-se dizer que o movimento de militarização das escolas públicas é decorrente do alinhamento entre o movimento neoliberal, modelo econômico hegemônico, e o (neo)conservador (SILVA, 2021), movimento cultural pelo retorno de ‘valores morais tradicionais’ como forma de reestruturação do sistema social capitalista,

em meio a crises inerentes a sua constituição. Assim, alinha-se uma proposta de formação que molda filhos e filhas de trabalhadores/as para o mercado de trabalho, atendendo a interesses econômicos, proposta disciplinar, hierárquica, supostamente patriótica e que não poderia ser refutada ou contestada.

O movimento que propiciou essa conjuntura política tem relação com a ascensão de grupos políticos com viés de extrema direita, apresentando discurso conservador e reacionário em relação à formação social no contexto do capitalismo brasileiro, classista, racista, homofóbico, machista e excludente das populações tradicionais e indígenas. O movimento da extrema direita nacional, de acordo com Luís Miguel, tem incluídas em sua formação “três vertentes principais, que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do anticomunismo” (MIGUEL, 2018, p. 19).

João Rocha (2021) observa que a ascensão da direita nacional tem suas bases em quatro fatores, que seriam: a ação formativa prestada pelo escritor Olavo de Carvalho, que remonta à década de 1990; a formação de uma geração que se desenvolveu ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores e que, por se considerar de oposição, alinhou-se à direita; o aumento do número de jovens de direita com presença massiva nas redes sociais; e a disputa das ruas pela direita, de forma ostensiva, a partir de 2015. Contudo, o autor destaca que “desde meados dos anos 1980, [...] um movimento subterrâneo de direita foi articulado, inicialmente na caserna e posteriormente na sociedade civil” (ROCHA, 2021, p. 41).

O ápice desse movimento de ascensão da direita brasileira culminou com a eleição, em 2018, de um representante que conta com o apoio de segmentos da sociedade para institucionalizar uma política pautada na disputa pela hegemonia cultural, sem deixar de lado os interesses econômicos das classes dominantes. Essa disputa se dá em vários setores da sociedade, sendo que, na educação, se materializou com a política de militarização das escolas públicas, através do Pecim. Outros movimentos convergentes nessa área, mas que não foram implementados, são o ‘Escola sem Partido’ e o *homeschooling*.

De fato, a gestão implementada pelo governo eleito em 2018, de acordo com Rocha (2021), se assenta na antigovernabilidade, pois se organiza de forma em que “a tarefa de governar é secundária; a missão prioritária consiste tanto em destruir instituições ‘aparelhadas’ quanto em corroer por dentro as estruturas do ‘Estado democrático’” (ROCHA, 2021, p. 272). Essa forma de conduzir a gestão pública gerou o desmonte de políticas públicas em vários setores importantes e ataques a instituições criadas para promover o estado democrático de direito, como se observou nos constantes ataques ao Supremo Tribunal Federal, configurando-se, de acordo com Dermeval Saviani (2020), como um momento de suicídio democrático.

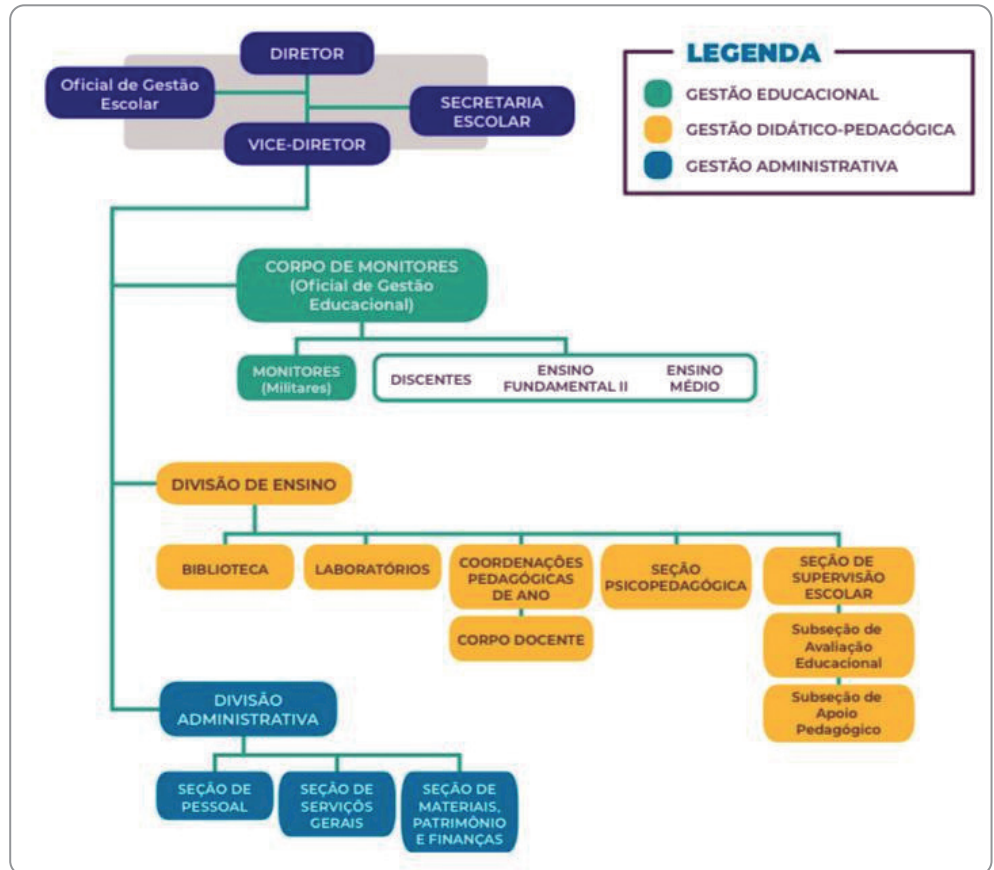
As políticas públicas educacionais passam a ter as escolas cívico-militares como possibilidade de arranjo administrativo, didático e pedagógico, seguindo o modelo de gestão dos colégios militares. Assim, o termo Escola Cívico-Militar é utilizado para denominar

as instituições educacionais públicas de ensino vinculadas às redes estaduais, municipais ou distritais que aderirem ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019b). Conforme dados indicados por Gilson Oliveira *et al* (2022), o Brasil apresenta um quantitativo de 127 escolas cívico-militares desde o início do programa, em 2020. A previsão do governo Bolsonaro era a de que, até o final de 2022, fossem implantadas mais 89, alcançando um quantitativo de 216.

Administrativamente, essas escolas são implementadas por gestores/as locais, mas os novos custos com pessoal, mais precisamente com militares que passam a integrar a rotina desses espaços, advêm das verbas do Ministério da Educação, a partir do momento da adesão ao Pecim (BRASIL, 2019b, Art. 5º, VII). Uma vez institucionalizadas, passam a seguir o modelo de escola militar, com o compartilhamento da gestão educacional, incluindo militares e condutas da caserna na rotina escolar. Essa inspiração no modelo militar é justificada pelos seus bons resultados nas avaliações de larga escala. Entretanto, o discurso legitimador do Pecim não leva em consideração as especificidades dos Colégios Militares e das escolas públicas, como a disparidade de investimentos recebidos, a estrutura dos espaços e o diferente modo de acesso dos/das alunos/as nesses modelos de gestão escolar (PINHEIRO, PEREIRA & SABINO, 2019).

O modelo de organização proposto para as Ecim se dá a partir de uma tríade composta por gestão administrativa, gestão educacional e gestão didático-pedagógica. Todas essas esferas são subordinadas à gestão compartilhada entre diretor/a, vinculado/a à Secretaria de Educação, e o/a oficial de gestão escolar, militar subordinado ao Ministério da Defesa, sendo responsável pelos/as militares que atuam na instituição. Os/As militares também assumem, nesse modelo, a responsabilidade pela gestão educacional, a partir das funções de oficial de gestão educacional, que tem papel de coordenador/a, e o corpo de monitores/as, composta por militares que atuam diretamente com os/as discentes; ambas as funções estão vinculadas administrativamente ao Ministério da Defesa ou a Secretarias de Segurança dos entes federados. Esse segmento tem função de “atuar na promoção de atividades que visem à difusão de valores humanos e cívicos que estimulem o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula” (BRASIL, 2020, Art. 31).

Figura 1 - Organograma das Escolas Cívico-Militares



Fonte: Manual das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020)

As escolas que implementam tal política se tornam escolas públicas militarizadas, e essa transformação se insere no processo de privatização por meio de parcerias (MENDONÇA, 2019), com a gestão das escolhas compartilhada com instituições militares. Nessa perspectiva, a responsabilidade sobre a garantia do direito fundamental da Educação é partilhada com instituições militares ligadas à Segurança Nacional, sem prerrogativas para gerir instituições educacionais. Assim, há uma contradição entre as premissas militares – pautadas em princípios da disciplina, obediência e hierarquia – e as premissas estabelecidas para a educação – pautadas pela garantia da igualdade, liberdade, pluralismo de ideias entre outros.

O modelo prevê que a gestão escolar das Ecim fique a cargo de civis vinculados às secretarias estaduais, municipais ou distritais de Educação e militares. Todavia, há incompatibilidade na separação das atividades que permeiam a gestão e a organização do trabalho pedagógico, pois todos os/as sujeitos/as educacionais devem trabalhar em prol

de um objetivo único, e essa separação da gestão escolar entre o/a diretor/a e o/a oficial de gestão promove um fazer fragmentado, implicação evidenciada por Erasto Mendonça (2019) na efetivação da gestão democrática nesse movimento de militarização.

O compartilhamento da gestão das escolas que aderiram ao Pecim apresenta a ideia que seria uma forma de garantir a melhoria da qualidade da educação básica. Contudo, de acordo com Edaguimar Viriato, a “gestão da escola pública na perspectiva compartilhada ou de excelência passa a ser subordinada aos critérios de produtividade, eficácia e eficiência” (VIRIATO, 2004, p. 51), se enquadrando na perspectiva mercadológica, condizente com as políticas neoliberais.

O fenômeno da militarização das escolas públicas pode se valer de várias nomenclaturas, como: gestão compartilhada, Escola Cívico-Militar, convênios firmados com a Polícia Militar e o próprio termo *militarização* (SANTOS & CARA, 2020). Todavia, consiste no repasse da gestão de escolas pertencentes às redes públicas de ensino para uma ordem militar, seja realizando parcerias com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros ou Forças Armadas. Apesar das diferentes nomenclaturas, esses modelos se fazem valer da pedagogia militar:

O humano de novo tipo que essa concepção pedagógica se propõe a forjar é flexível, conformado psicofísica, ética e moralmente à concepção de mundo burguesa, de modo a obedecer irrefletidamente, reproduzindo ativamente as regras sociais introjetadas – consentimento ativo (VEIGA & SOUZA, 2019, p. 17).

As escolas públicas militarizadas, tanto as que fazem parte do corpo das experiências engendradas em níveis estaduais ou municipais, quanto as escolas que aderiram ao Pecim, possuem um conjunto de normas e regras bem rígidas, pois foram construídas à luz da pedagogia militar, ocasionando uma adequação do perfil de estudantes, que necessitam seguir as normas estabelecidas em seus regulamentos. Entretanto, Luís Freitas reflete que “a ironia é que tudo isso possa ser viabilizado sob o argumento de se ‘garantir o direito de aprendizagem para todos’” (FREITAS, 2018, p. 121).

As escolas públicas militarizadas, então, adotam a pedagogia militar e os/as próprios/as militares como constituintes do percurso formativo dos/das discentes. Célia Veiga e José Souza (2019), ao partirem da crença estabelecida sobre a pedagogia militar e sua disciplina rigorosa, que seria a solução para a garantia da qualidade da educação, a partir da militarização das escolas públicas, nos dizem que:

A pedagogia militar é a ciência e filosofia da práxis educativa fundamentada no militarismo cujo objetivo é a conformação psicofísica, ética e moral dos sujeitos, a fim de que sejam úteis à reprodução de um determinado *status quo*. Tal pedagogia é pautada na coerção como principal instrumento de controle social. Para isso, toma como estratégia de obtenção do consentimento ativo dos educandos o fomento ao medo e a apologia de superioridade do militar. Assim busca alcançar a legitimidade da ação pedagógica que, enfim, funciona como mecanismo de controle dos comandados (VEIGA & SOUZA, 2019, p. 12).

Fernando Quiroga *et al* (2021) afirmam que o processo de militarização das escolas públicas, na qual as escolas cívico-militares se inserem, busca implementar políticas neoliberais sob uma pseudoaparência de restauro da ordem. Essas iniciativas visam a formação do/da trabalhador/a do novo capitalismo, pois não possibilitam o desenvolvimento do pensamento crítico, já que a formação está pautada pela conformação: “falamos de um corpo que não pode arguir, não pode reclamar e nem reivindicar. Será uma mulher ou um homem alguém de quem lhe fora subtraído o direito à indignação?” (QUIROGA *et al*, 2021, p. 14).

Considerando que tal escola reproduz os interesses das classes dominantes, esse fenômeno tem estreita ligação com a formação do/a ‘novo/a trabalhador/a’, obediente e docilizado/a, mais distante da possibilidade de contestação, pronto/a para exercer seu papel no *ethos* neoliberal. Pois esse modelo “ressalta um projeto de educação que consolida uma perspectiva de formação de um cidadão adequado à lógica do capital, do empreendedorismo, defensor da lógica meritocrática e alinhado a uma sociedade conservadora” (ALVES & TOSCHI, 2019, p. 639).

A formação social capitalista está assentada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da classe trabalhadora, sustentada pelo trabalho assalariado para a obtenção da mais-valia e do acúmulo de riqueza, se movimentando para sempre aumentar os lucros da classe detentora do capital, ou seja, a classe burguesa, e na manutenção do *status quo*. Assim, “uma política pública de Estado para Educação fundamentada no ‘militarismo’, procura reproduzir um ensino tecnocrático voltado para a replicação em massa de qualificações de produtores diretos que estão em concorrência meritocrática por emprego no mercado de trabalho” (FRANCO, 2020, p. 215).

Na prática, as escolas militarizadas acabam formando indivíduos moldados para se submeter ao sistema vigente, retirando de sua formação a possibilidade de contestação, atendendo aos interesses das classes dominantes (VEIGA, 2020). Essa política educacional concretiza a ação do Estado, que não é neutra, para atender aos interesses da sociedade capitalista – de reprodução das desigualdades e manutenção do *status quo* –, ao tirar a possibilidade de a escola formar para a emancipação e transformação da realidade social.

Numa sociedade democrática, o papel de uma política educacional deveria ser o de estímulo à emancipação das consciências individuais, de busca da unificação entre teoria e prática, de construção coletiva da autonomia, de busca da reflexão crítica, enfim, da construção do pensamento democrático no indivíduo, para que este buscasse a democratização da sociedade em seu sentido amplo, econômico, político e social (LIMA, 2004, p. 36).

Enfim, pode-se dizer que o processo de militarização das escolas públicas brasileiras, intensificado a partir da regulamentação de um programa nacional (BRASIL, 2019b) que instituiu Escolas Cívico-Militares, insere-se em um movimento reacionário, que se opõe às conquistas sociais do período de redemocratização. É nessa direção que Graziella Santos afirma que o Pecim é “uma ameaça à ainda frágil construção de uma escola

pública, democrática, para todos, como espaço de diálogo, da diversidade, do multiculturalismo, de experiência coletiva potente, de construção de um modo de vida democrático e de lutas por justiça social” (SANTOS, 2020, p. 15).

Escola Cívico-Militar em Belém: o caso da escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso

O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso é uma unidade de ensino da Rede de Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável (BELÉM, 1996a; 1996b; 1996c), criada em 1996 pela Prefeitura Municipal de Belém, num contexto de ações fortemente marcadas pelo discurso paradigmático da Organização das Nações Unidas – ONU, de combate à pobreza e à degradação ambiental, implementação de um certo desenvolvimento econômico local, mas sem prejuízo ao processo de reprodução ampliada do capital e de sua ordem capitalista mundial.

Precisamente, a escola ligou-se à conjuntura ideológica hegemônica do desenvolvimento sustentável dos anos de 1990, tendo sido implementada nessa perspectiva por agentes governamentais do município de Belém no âmbito da Secretaria de Educação. Em que pese seu viés elitista, criado a partir das ‘cabeças pensantes’ de certas pessoas, o Liceu foi assimilado pelos/as múltiplos/as sujeitos/as educacionais como um importante elemento da cultura local, fortemente ligado à produção ceramista, apresentando uma estrutura física grandiosa para os padrões tradicionais das escolas belenenses atuais, conforme pode-se verificar na imagem a seguir, contrastando com o seu entorno marcadamente precarizado.

Figura 2 - Vista panorâmica do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso

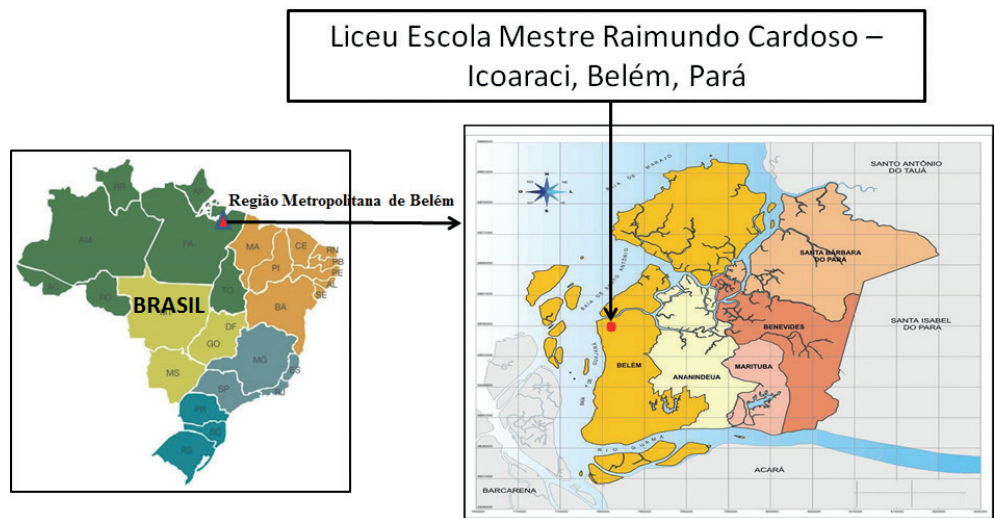


Fonte: Imagem do acervo da escola (2021).

Uma das estratégias propostas pela política de aprimoramento da educação básica, que incluiu a criação do Liceu do Paracuri, foi a utilização da didática do ‘aprender a aprender’, por considerar-se que ela “supõe o relacionamento entre sujeitos capazes de manejar e produzir conhecimento, fundamento essencial da concepção e efetivação de um projeto moderno e próprio de desenvolvimento” (BELÉM, 1993, p. 23). Essa didática, ligada à pedagogia escolanovista, pressupõe que os/as sujeitos/as partem de diferentes interesses e chegam a diferentes níveis de aprendizagem, sendo criticada por Saviani (2012) por causar a superficialidade da educação destinada a filhos/as de trabalhadores/as.

O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso está localizado no Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO, bairro Paracuri (BELÉM, 1994), área continental do município de Belém, a cerca de 20 Km do centro da cidade. Sua inauguração oficial ocorreu em 31 de dezembro de 1996, mas a escola já funcionava desde o mês de março do mesmo ano, com atendimento de 1.074 alunos/as de educação infantil, ensino fundamental regular e Educação de Jovens e Adultos (BELÉM, 1997, p. 27).

Figura 3 - Mapa com a localização do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso



Fonte: Construído pela pesquisa com base nas informações contidas em documentos divulgados pelo governo municipal de Belém (BELÉM, 1996a).

A argila, matéria prima para a produção da cerâmica, era abundante ao longo dos rios e igarapés que entrecruzam o território de Icoaraci; ela teria sido um fator de atração para que famílias que dominavam a técnica da produção ceramista povoassem esse território, principalmente ao longo do rio Paracuri, que dá nome ao bairro com a maioria das olarias do distrito. A produção de cerâmica no local também é atrelada ao passado das olarias produtoras de materiais de construção, tijolos e telhas, além das que realizavam a produção de utensílios domésticos, como panelas, tigelas e potes.

A produção de cerâmica marca culturalmente Icoaraci e serviu como inspiração para a criação de um espaço educativo que pudesse formar filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras das olarias, o Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, com um currículo que propiciasse a apreensão dos conteúdos formais e atividades práticas que envolvessem a produção artesanal ceramista. Em levantamento realizado em 2012 por uma pesquisa sobre os saberes tradicionais dos/das ceramistas de Icoaraci, foi mapeada a existência de 52 olarias, com aproximadamente 600 pessoas ali trabalhando (TAVARES, 2012). A seguir, podemos observar produções de alunos/as realizadas em atividades práticas no Núcleo de Artes da escola.

Figura 4 - Produção de peças em cerâmica por alunos/as do Liceu do Paracuri



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Figura 5 - Espaços físicos destinados às oficinas de produção oleira do Liceu do Paracuri



Fonte: Acervo dos/as autores/as (2022).

Ao tomarmos os textos constituintes da política municipal que implementou esse espaço, podemos depreender que o nome Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso apresenta dois significados, dados pelo próprio grupo no poder, a saber: o primeiro é relativo à ideia de liceu-escola, ou seja, uma unidade pedagógica pública, que deveria oferecer uma formação profissional ao/a educando/a, mas associada à educação escolar propedêutica. A segunda diz respeito ao nome Raimundo Cardoso, uma homenagem ao artesão ceramista paraense que se notabilizou pela qualidade dos seus artefatos de barro-argila, produzidos na área do bairro Paracuri, em Icoaraci.

O Mestre Raimundo Cardoso era filho de Dona Lucinda, pertencente à etnia indígena Aruã, que habitava a Ilha do Marajó; com ela aprendeu a arte da produção oleira. Nascido no município de Vigia, Pará, em 1939, e falecido em 2006, se tornou um grande estudioso das técnicas que envolvem a produção de cerâmica e, a partir do contato com objetos da cultura Marajoara e Tapajônica, em visita realizada ao Museu Emílio Goeldi (Belém), passou a reproduzir essas técnicas na produção local; fez muito sucesso, o que logo inspirou outros/as mestres/as do artesanato a dedicarem-se à cerâmica artística em Icoaraci, com destaque para o Mestre Cabeludo.

Em essência, o Liceu pode ser entendido como a realização das ideias de uma pessoa, a professora Laís Fontoura Aderne, arte-educadora mineira contratada pela prefeitura de Belém para prestar consultoria no campo educacional no bairro Paracuri. A ideia inicial esteve alicerçada no ensino escolar que contemplasse a produção oleira, a partir da oferta de oficinas propostas pelo Núcleo de Artes da instituição, contando com parcerias de mestres/as locais, entrelaçando esses conhecimentos ao currículo formal. Sua proposta pedagógica visava o desenvolvimento de capacidades para que educandos/as promovessem autossustentação, contando com oficinas *do fazer e do pensar*, promovendo a interrelação entre a cultura ceramista e o ambiente. Desde sua criação, a escola “experimenta diferentes arranjos curriculares e organizacionais, nos quais a variedade de saberes relacionados à arte e à cultura local transversalizam as práticas pedagógicas da escola e seu currículo” (PANTOJA, 2018, p. 23).

Apesar de propor uma prática educativa pautada na integração entre a cultura local ceramista e a formação propedêutica, podemos afirmar que a perspectiva política e ideológica na qual o Liceu do Paracuri foi alicerçada – educação ambiental a partir do desenvolvimento sustentável – não propicia uma formação crítica transformadora, mas apenas a formação para o mercado de trabalho, a partir da profissionalização de seus/suas discentes.

Aos moldes das demais escolas criadas para compor esse subsistema, o Liceu apresenta estrutura física imponente – contrastando com o entorno marcado historicamente pela falta de urbanização –, contando com espaços físicos que não são comuns à maioria das unidades educacionais da rede municipal de ensino. Na foto à esquerda temos a entrada do Núcleo de Artes, que é composto por galeria de arte permanente, com exposição dos principais mestres da cerâmica local, galeria de arte itinerante, videoteca e salas para a realização de oficinas. No centro, temos a imagem do amplo auditório, e no registro à direita, temos a ampla biblioteca que fica no bloco administrativo e homenageia a secretária municipal de Educação, Professora Therezinha Gueiros, principal responsável pela implantação do Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e, conseqüentemente, pela constituição dessa unidade educativa.

Figura 6 - Espaços físicos do Liceu do Paracuri.



Fonte: Acervo dos/as autores/as (2022).

Desde a sua criação, em 1996, o Liceu do Paracuri passou por diversas políticas educacionais ligadas aos ditames dos grupos no poder municipal, que dependiam do viés político-ideológico de cada gestão. Passou por gestões que fomentavam a proposta pedagógica inicial, ao manter o quadro de oficinairos/as responsáveis pelas atividades desenvolvidas no núcleo de artes, como também vivenciou a falta de servidores/as para desenvolver as oficinas propostas em seu Projeto Político Pedagógico.

Dentre as alterações implementadas no Liceu do Paracuri pela gestão educacional municipal, ou seja, de forma verticalizada, está o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (2020); assim, transformado em escola cívico-militar, passou a ser denominado Escola Municipal Cívico-Militar Liceu Mestre Raimundo Cardoso, proposta que se configura como diametralmente oposta à sua concepção historicamente constituída, ou seja, um espaço educacional com formação profissional no âmbito da produção ceramista.

Figura 7 - Fachada da escola após a implantação do PECIM.



Fonte: Acervo dos/as autores/as (2021).

A partir da adesão ao Pecim, o Liceu passou a contar com a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica baseadas nos modelos adotados pelos Colégios Militares (BRASIL, 2019a), conforme preconizam os marcos regulatórios da referida política educacional. Contudo, esses modelos possuem um conjunto de normas e regras bem rígidas, construídos à luz da pedagogia militar, ocasionando uma adequação do perfil de estudantes, que necessitam seguir seus regulamentos, que vão de encontro aos princípios da gestão democrática e do pluralismo de ideias constitucionalmente estabelecidos (MENDONÇA, 2020).

O Pecim chegou ao município de Belém a partir do interesse manifesto por um representante do executivo local, Zenaldo Coutinho (PSDB), e posterior seleção para implantação do projeto-piloto do programa em uma escola da rede municipal, conforme regulamentado pela Portaria n. 2015/2019 (BRASIL, 2019c). Contudo, para compreender as motivações que permearam o processo de implementação do programa nessa escola em particular, realizou-se a escuta de representantes das categorias de professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as. A partir dos relatos desses/as sujeitos/as educacionais, pode-se inferir que a transformação da escola em Ecim foi baseada em duas motivações: resolver a situação da violência vivenciada ao longo dos anos pela comunidade escolar e pelo fato de a escola ser a maior unidade vinculada à Prefeitura Municipal de Belém.

Cabe destacar que a adesão ao Pecim pela prefeitura de Belém ocorreu no último ano do segundo mandato do gestor municipal, momento que seus/suas representantes demonstravam empenho na campanha eleitoral de um sucessor apoiado pelo partido, fato que não se concretizou no pleito. Entre os 165 espaços educativos vinculados à Prefeitura Municipal de Belém (SEMEC, 2022) e que ofertam educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (ofertado apenas em uma instituição), o Pecim foi instituído no Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso. Trata-se de um modelo de pactuação pelo qual o Ministério da Educação se responsabiliza por encaminhar pessoal das Forças Armadas, conforme informações do Termo de Adesão, publicado em 28 de dezembro de 2020, firmando “a implantação da Ecim Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso no Município de Belém/PA, na modalidade de Disponibilização de Pessoal no ano de 2020” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 43).

A necessidade de uma rotina escolar possivelmente menos violenta, a presença de militares da reserva da aeronáutica e da marinha, a transformação da maior escola vinculada à Prefeitura Municipal de Belém em Ecim, num momento de corrida eleitoral marcado pela disputa por poder, com a possível eleição de um sucessor no executivo local, todos esses fatores podem ser considerados como motivações no processo (neo) conservador implementado nas políticas públicas educacionais na nova conjuntura marcada pela eleição de um representante de extrema-direita ao poder do executivo nacional.

O percurso histórico da instituição demonstra o vai e vem de políticas educacionais marcadas por vontades políticas e pelo pensamento de que agora “o problema será resolvido” (SAVIANI, 2008, p. 11). De acordo com falas dos/das sujeitos/as envolvidos/as

nessa realidade educativa, todos/as foram pegos de surpresa pelo fato de a escola se tornar Ecim, pois o processo se deu forma abrupta e impositiva, demonstrando que tal transformação na proposta pedagógica da instituição partiu de proposições da gestão municipal.

“Para nós, professores do CIII e CIV, as turmas de 6º ao 9 ano, foi bem abrupto. Por quê? Porque quando nós soubemos que funcionaria o projeto aqui, ele já estava determinado a funcionar, nós fomos apenas informados. Sendo que, uma das condições para que o projeto cívico-militar fosse implantado nas escolas, teria que ter uma reunião e consulta a comunidade, entenda-se: pais, alunos, dependendo da idade, professores, equipe operacional, todo mundo que faz parte da comunidade escolar” (Professor A. F. F. S, 2022).

Alguns requisitos da Portaria n. 2.015/2019 (BRASIL, 2019c), necessários para que uma unidade educacional integre o Pecim, não foram preenchidos: baixo rendimento no Ideb (que não é a situação do Liceu) e, principalmente, a aprovação da comunidade escolar, a partir de uma consulta pública. No final do período letivo de 2019, na tentativa de atender a esse requisito, foi realizado um suposto processo de escuta da coletividade local. Mas, como relata o professor da escola que vivenciou a transformação do Liceu em Ecim, não foram ouvidos todos os sujeitos que compõem este espaço, evidenciando que essa mudança pode estar mais atrelada a vontades políticas do que aos anseios da comunidade escolar.

“A reunião que eu comentei falando que deveria acontecer com as várias partes que compõem a comunidade escolar, que não aconteceu conosco, que eramos o público-alvo, viemos a saber depois que aconteceu no turno da manhã, com alguns pais de turmas que não iam ser atendidas por esse projeto” (Professor A. F. F. S, 2022).

Sem contar que, realizada apenas no turno da manhã, a consulta ocorreu de forma repentina, sem o conhecimento antecipado do tema a ser tratado – o que dificultou a busca por mais esclarecimentos em relação ao programa por responsáveis que atenderam ao chamado; uma reunião agendada para outro fim teria sido aproveitada para a consulta, conforme relatos de representante da coordenação pedagógica.

“A diretora foi num dia, a gente tinha até marcado uma reunião porque tinha problema com muita falta de aluno, então ela foi chamada na SEMEC. Foi falado pra ela lá, que ela precisava fazer uma consulta pública. E, como a gente já tinha marcado uma reunião no outro dia, a gente aproveitou para fazer a consulta pública nesse dia” (Coordenadora pedagógica T. S. R, 2022).

Após o processo de implantação do Pecim no Liceu do Paracuri, que constatamos ter acontecido de forma impositiva e, por isso, antidemocrática, a rotina foi marcada por tensões ocasionadas por divergências entre os princípios estabelecidos para as escolas públicas e os propostos pelas instituições militares, que é o modelo adotado pelas Ecims. Entre os conflitos que se apresentaram, ficou evidenciada a forma de tratamento empreendida pelos representantes das Forças Armadas a discentes e servidores/as. Marcado pelo tom de voz elevado, conduziam suas atividades como se estivessem na caserna, e o “ambiente de trabalho da caserna é autoritário, pois as ameaças de punição, sua prática e a vigilância são uma

constante” (LUDWIG, 1998, p. 32). Conforme podemos observar no trecho relatado: *“Eles achavam que aluno tinha que ser tratado igual a militar. A gente teve que explicar que não, que existe a questão do constrangimento”* (Coordenadora pedagógica T. S. R, 2022).

O fato de a escola cívico-militar se basear em colégio militar também gerou conflitos, pois nesse último, os/as estudantes que não são filhos ou filhas de militares participam de uma seleção, ou seja, escolhem estudar nesse tipo de escola. Numa escola que foi militarizada, alunos/as foram matriculados em escola pública, que, a partir da inclusão de militares em sua rotina, precisam seguir normas rígidas, na maioria das vezes sem ter escolhido tal modelo. Para Miriam Alves e Mirza Toschi (2019), essa transformação ocorrida nas escolas militarizadas ocasionam *“mudanças do padrão de liberdade civil, que é substituída por uma acentuada hierarquia militar – como se a função da escola básica fosse formar soldados para atuar em situação de guerra”* (ALVES & TOSCHI, 2019, p. 637), gerando contradições em relação à finalidade das escolas públicas. Esse conflito também se apresentou na escola estudada, o que gerou constantes embates entre servidores/as contrários à proposta da Ecim e representantes das Forças Armadas na escola.

“A gente não tá em escola militar, né! Foi baseado em colégio militar, que eu acho muito errado. Porque colégio militar tem outra estrutura, né. Ele foi projetado pra ser desse jeito e põe lá, quem quer. [...] Aqui você mudou as regras no meio do caminho. Eles já estavam aqui. Foi nosso embate também. A gente teve que conversar sobre isso, porque como uma escola pública, eles já estavam aqui, eu não posso exigir. Tô mudando as regras no meio da história, e aí, também não dá” (Coordenadora pedagógica T. S. R, 2022).

A transformação do Liceu em Ecim causou opiniões conflitantes entre os/as servidores/as da escola. Os/as que acreditavam que as alterações na rotina escolar tinham sido positivas atribuíam isso ao fato de que a escola poderia contar com mais pessoas para ajudar, principalmente porque os 14 militares que compuseram o quadro realizaram, basicamente, a função de inspetoria de alunos/as nos corredores. Na ausência de aulas, ocasionadas por motivos como disciplinas sem professor/a lotado/a, os militares assumiam as turmas para conduzir atividades de cunho cívico, incluindo atividades relacionadas à construção de valores, comportamento e de ordem – como a realização da ‘ordem unida’, que é característica da rotina militar, incluída no cotidiano das Ecim para *“estimular no aluno a disciplina e o espírito de corpo, além de desenvolver a coordenação motora, a postura e a resistência”* (BRASIL, 2020, Art. 45).

“Só que eles não faziam o papel de militares aqui. Eles não faziam segurança. Eles fizeram basicamente o papel de inspetoria. No que se resumia de verdade a presença dos militares que vieram da reserva para integrar esse projeto? Levaram os alunos da entrada no pátio para a sala, da sala para o refeitório, do refeitório para a sala. Isto foi na íntegra o cívico-militar na escola. Pela ausência de professores, por conta do aumento exorbitante de turmas, quando alguns alunos ficavam sem professor, ficavam com horário vago, alguns monitores, que era como chamávamos os militares aqui, eles levavam os alunos para fazer ordem unida” (Professor A. F. F. S, 2022, grifo nosso).

Fica evidenciado que, de fato, os militares acabaram suprimindo a demanda por mais servidores/as para atender ao público de alunos/as participantes do Pecim, visto que, no ano de implantação do programa, havia 815 alunos/as somente nos anos finais do ensino fundamental, atendidos/as no turno da tarde (QEDU, 2020). Contudo, a inserção de militares da reserva remunerados/as para realizar tais atividades geram custos aos cofres públicos muito superiores aos de uma contratação de civis para suprir essas demandas – custos esses cobertos por verbas do Ministério da Educação.

A partir da análise dos relatos produzidos durante a pesquisa, ficou demonstrada a forma impositiva da transformação do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso em Ecim, bem como os conflitos gerados por essa alteração. Assim, a adesão pela prefeitura municipal de Belém ao Pecim e a escolha do espaço para institucionalização dessa política educacional pode ter se dado por interesses políticos, provavelmente ligados ao contexto do pleito municipal que se avizinhava, como estratégia para explorar o movimento (neo) conservador que emergiu nacionalmente e que também pôde encontrar espaço na sociedade belenense.

Considerações finais

O fenômeno da militarização das escolas públicas, presente na realidade brasileira desde a década de 1990, ganhou novas proporções com Governo Federal eleito em 2018. Antes, esse processo era realizado por diversos arranjos administrativos em âmbito local. Com a institucionalização de um programa nacional implementado pelo Decreto Presidencial n. 10.004/2019, o Pecim, tornou-se uma política pública amparada pelo Ministério da Educação em termos normativos e financeiros, instituindo a inclusão de militares da reserva remunerados/as em escolas públicas, a partir da adoção do modelo de gestão dos colégios militares, em consonância com o movimento do governo para ampliar a presença de oficiais em instituições públicas.

No ano de 2020, o Pecim chegou ao município de Belém do Pará implementado no Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso pela iniciativa do governo local. Estabelecido em território no qual a prática ceramista se consolidou ao longo dos anos como principal fonte de renda da comunidade, esse espaço foi pensado inicialmente para aliar a formação escolar básica e a formação profissionalizante, a partir de oficinas envolvendo as diversas práticas da produção de cerâmica, atendendo filhos e filhas dos/das trabalhadores/as ceramistas e valorizando a cultura local.

A fim de analisar esse processo de institucionalização do Pecim em Belém – enfocando aspectos que motivaram a adesão da prefeitura ao programa, o modo como se operou sua efetivação no espaço institucional e as tensões que se estabeleceram na comunidade escolar a partir do cotidiano vivenciado pelos/as sujeitos/as educacionais no chão

da escola – foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa, com a utilização de análise de documentos e entrevistas semiestruturadas como técnicas de produção de dados.

Os resultados evidenciados pela pesquisa apontam que a implementação do Pecim pela Prefeitura Municipal de Belém no Liceu do Paracuri pode ter sido motivada pela demanda de solução aos problemas de violência vivenciados no cotidiano escolar, aliada a seus possíveis impactos positivos na corrida eleitoral local causados pela publicização da transformação em Ecim da maior unidade educativa vinculada ao sistema municipal de educação. O processo de efetivação do programa foi conduzido de forma impositiva e abrupta, sem a devida consulta a toda a comunidade escolar; sua vigência, até 2022, foi marcada por diversas tensões no cotidiano escolar envolvendo estudantes e servidores/as, motivadas, principalmente, pela conduta de caserna pela qual oficiais conduzem suas práticas, divergindo de padrões socialmente referenciados para as escolas públicas brasileiras.

Recebido em: 16/11/2022; Aprovado em: 02/04/2023.

Referências

ALVES, Miriam Fábria & TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 633 - 647, set./dez. 2019.

BELÉM. *Caminhos da Educação*. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1993 (Série Planejamento n. 1).

BELÉM. Lei nº 7682 de 05 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a regionalização administrativa do município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos distritos administrativos e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. 05 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583592/lei-7682-94>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BELÉM. *Caminhos da Educação*. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996a (Série Planejamento n. 3).

BELÉM. *Caminhos da Educação*. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996b (Série Planejamento n. 4).

BELÉM. *Caminhos da Educação*. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996c (Série Planejamento n. 6).

BELÉM. *Dados estatísticos da rede municipal de Belém*. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1997.

BRASIL. Decreto Nº 9.465, de 02 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação... *Diário da União*, seção 1 - Edição Extra, Brasília, DF, ano 157, n. 1-B, p. 6, 02 jan. 2019a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9665.htm>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. 2019b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. *Portaria Nº 2.015, de 20 de novembro de 2019*. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares – PECIM em 2020, para consolidar o modelo de Escola cívico-militar – ECIM nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Brasília: 2019c. Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 de jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. *Manual das Escolas Cívico-Militares*. Brasília: 2020.

FRANCO, Paulo Henrique. Militarismo, Estado Brasileiro contemporâneo e a Educação. In: LIMA, Antônio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana & LUCENA, Carlos (Orgs.). *Em defesa das políticas públicas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LIMA, Antônio Bosco de. Políticas educacionais e o processo de “democratização” da gestão educacional. In: LIMA, Antônio Bosco de (org.). *Estado, políticas educacionais e Gestão compartilhada*. São Paulo: Xamã, 2004.

LIS, Laís. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. *g1*, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2022.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1998.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. *RBPAAE – revista brasileira de política e administração da educação*, v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez., 2019.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Direita, volver! A onda conservadora e a militarização de escolas públicas. In: DOURADO, Luiz Fernandes. (Org.). *PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização*. (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Extratos de Adesão. Processo nº 23000.018541/2020-41, de 17 de dezembro de 2020. Manifesta o interesse do ente em aderir ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, para a implantação da Ecim Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso no Município de Belém/PA, na modalidade de Disponibilização de Pessoal no ano de 2020, cujos compromissos serão detalhados no Acordo de Cooperação Técnica – ACT com o Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*: seção 3, Brasília, DF, nº 247, p. 43, 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, Gilson Passos de *et al.* Pecim: um modelo de gestão escolar de excelência para a educação básica. In: OLIVEIRA, Gilson Passos de & OLIVEIRA, Cecília Leite (Orgs.). *O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados: relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores de Escolas Cívico-Militares*. Brasília: Ibiict; Unb; MEC, 2022.

PANTOJA, Roniqueli Moraes. *Instantâneos cartográficos de um currículo artífice*. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PASSOS, Anaís Medeiros. Militares e política no governo de Jair Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio & MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

- PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo & SABINO, Gerusa de Fátima Tome. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. *RBPAAE* - v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019.
- QEDU. *Dados sobre matrícula da Escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso*. 2020. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br/escola/15043061-liceu-escola-mestre-raimundo-cardoso/>>. Acesso em: 18 out. 2021.
- QUIROGA, Fernando Lionel *et al.* Militarização da Escola Pública em Goiás: dilemas da Educação Física Escolar em tempos de autoritarismo. *Conexões*, Campinas: SP, v. 19, e021029, 2021.
- ROCHA, João Cézar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1 ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.
- SANTOS, Catarina de Almeida & CARA, Daniel Tojeira. Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como um privilégio. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima *et al.* *(De)formação na escola: desvios e desafios*. Marília: Oficina Universitária/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.
- SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo da militarização da educação. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p. 1-19, 2020. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15348>>. Acesso em: 3 abr. 2022.
- SAVIANI, Dermeval. Em defesa da escola pública. In: LIMA, Antônio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana & LUCENA, Carlos (Orgs.). *Em defesa das políticas públicas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 42 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.
- SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.
- SEMEC. Secretaria Municipal de Educação de Belém. 2022. Escolas Municipais. Disponível em: <<https://semec.belem.pa.gov.br/escolas-municipais/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- SILVA, Thayane Ellen Machado da. *Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/5862>>. Acesso em: 03 abr. 2022.
- TAVARES, Auda Edileusa Piani. *Saberes Tradicionais como patrimônio imaterial na Amazônia Intercultural: saberes, fazeres, táticas e resistências dos ceramistas de Icoaraci*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- VEIGA, Célia Cristina Pereira da Silva. & SOUZA, José dos Santos. Pedagogia militar: do conceito a sua aplicação. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, SP, v.19, p. 1-22, e019045, 2019.
- VEIGA, Carlos Henrique Avelino. *Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020.
- VIRIATO, Edaguimar Orquiza. Descentralização e desconcentração como estratégia para a redefinição do espaço público. In: LIMA, Antônio Bosco de (Org.). *Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada*. São Paulo: Xamã, 2004.